

Relatório de Contas
Ano de 2025

8.
Subs
P.



[Handwritten signature]

1 – CONJUNTURA ECONÓMICA

Em 2025, a economia portuguesa cresceu moderadamente (cerca de 1,9–2% do PIB), com inflação controlada perto de 2–2,5%, desemprego em torno de 6–6,5% e contas públicas em ligeiro excedente, permitindo reduzir a dívida para abaixo de 90% do PIB.

Crescimento e atividade

O PIB em 2025 aumentou perto de 1,9–2% em termos reais, após um arranque de ano mais fraco e uma aceleração na segunda metade do ano.

O crescimento foi suportado sobretudo pela procura interna (consumo privado e execução de fundos europeus), com contributo adicional das exportações e alguma moderação das importações.

Mercado de trabalho

A taxa de desemprego estabilizou em torno de 6,2–6,5%, mantendo um mercado de trabalho relativamente resiliente.

O emprego permaneceu em máximos históricos ou próximos disso, ajudado pelo turismo e pelos serviços, embora com diferenças setoriais (indústria e construção mais pressionadas por custos de financiamento).

Inflação e política monetária

A inflação média (IPC) ficou próxima de 2,2–2,5%, bem abaixo dos picos de 2022–2023, refletindo a normalização dos preços da energia e alimentos, ainda com alguma pressão em serviços.

A descida gradual das taxas de juro na área do euro começou a aliviar encargos de crédito de famílias e empresas, apoiando consumo e investimento no final de 2025.

Contas públicas e dívida

As administrações públicas registaram um saldo orçamental próximo de 0 a 0,3% do PIB (ligeiro excedente), resultado de forte receita fiscal e controlo da despesa.

A dívida pública (critério Maastricht) desceu para cerca de 89–91% do PIB, abaixo do ano anterior e também do previsto no Orçamento, beneficiando do crescimento nominal do PIB e do excedente orçamental.

Riscos e desafios

Principais riscos: desaceleração externa (zona euro), execução mais lenta dos fundos europeus, incerteza política e envelhecimento demográfico que limita o crescimento potencial.

Desafios estruturais mantêm-se: baixa produtividade, peso elevado da dívida, dependência de setores como turismo e necessidade de investimento em inovação e qualificação.

2. A EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ANÁLISE DO EXERCÍCIO A Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 18/11/1968, tendo como atividade principal o Apoio Social para Pessoas c/ Deficiência, c/ Alojamento. O ano em análise teve um Resultado Líquido do período, positivo, no valor de 354.654,06€. 3. PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO Para 2026, as previsões apontam para uma continuação do crescimento moderado em Portugal, com PIB a crescer cerca de 2,2%, inflação próxima de 2%, desemprego em torno de 6–6,2% e contas públicas a passarem de ligeiro excedente para um pequeno défice, mantendo ainda assim a trajetória de descida da dívida pública. Crescimento económico A maioria das projeções (Comissão Europeia, S&P, etc.) aponta para um crescimento real do PIB em torno de 2,1–2,2% em 2026, ligeiramente acima de 2025 e acima da média da área do euro. O crescimento será suportado sobretudo pela procura interna (consumo privado) e pelo investimento público associado aos fundos do PRR/NGEU, dado que 2026 é ano-limite para execução de grande parte destes recursos. Mercado de trabalho A taxa de desemprego deverá manter-se baixa em termos históricos, na ordem dos 6,1–6,3%, refletindo um mercado de trabalho ainda resiliente. A criação líquida de emprego abrandará face a anos anteriores, mas continuará positiva, com a imigração e o setor dos serviços (incluindo turismo) a darem algum suporte. Inflação e taxas de juro A inflação deverá recuar ligeiramente, para cerca de 2% em média em 2026, acompanhando a normalização dos preços da energia e bens industriais, com serviços a manter alguma pressão, mas mais moderada. O cenário base admite taxas de juro gradualmente mais baixas na área do euro, o que aliviará encargos com crédito e deverá favorecer consumo e investimento, embora ainda num contexto de custos de financiamento historicamente elevados. Contas públicas e dívida Depois de excedentes orçamentais recentes, as previsões apontam para um défice modesto em 2026, entre cerca de 0,3% (Comissão Europeia) e 1,3% do PIB (Banco de Portugal), devido a maior despesa (reconstrução, PRR, salários/pensões) e cortes fiscais. Apesar do défice, a dívida pública deverá continuar a descer, para valores na ordem de 86–89% do PIB em 2026, sustentada pelo crescimento económico e por uma política orçamental globalmente prudente.
--

Riscos principais

Externos: abrandamento da economia mundial e da área do euro, novas tensões geopolíticas ou comerciais, e eventual persistência de inflação acima do esperado, que obrigue a manter juros altos por mais tempo.

Internos: execução mais lenta dos fundos Europeus, impacto orçamental de eventos climáticos extremos, envelhecimento demográfico e fracos ganhos de produtividade, que limitam o crescimento potencial a médio prazo.

4. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direcção propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, no valor de 354.654,06€ seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

FARO, 18 DE MARÇO 2026

A DIRECÇÃO,









BALANÇO EM 31/12/2025

Entrega de Contas Anuais 2025			
B.Balanço SNC			
Rúbricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Activo			
Activos não corrente		5 769 940,67 €	5 890 301,25 €
Activos Fixos Tangíveis	7, 5	5 757 263,22 €	5 879 166,45 €
Bens do património histórico e cultural			
Activos Intangíveis	10, 5	1 049,65 €	- €
Activos Fixos Tangíveis em curso		- €	- €
Investimentos Financeiros	33	3 360,72 €	3 360,72 €
Fundadores/Beneméritos/Associados	33	8 267,08 €	7 774,08 €
Outros Créditos e ativos não correntes		- €	- €
Activo Corrente		567 880,51 €	639 107,49 €
Inventários	13	789,75 €	- €
Créditos a receber (Clientes - Adiant. Clientes)	12	13 876,82 €	9 704,22 €
		- €	- €
Estado e Outros Entes Públicos			
Fundadores/Beneméritos/Associados			
Diferimentos	15,19	2 579,63 €	6 238,96 €
Outras contas a receber		17 293,86 €	60 330,05 €
Outros activos Fianceiros			
Caixa e depósitos bancários	4	533 340,45 €	562 834,26 €
Outros - Outros Depósitos Bancários			
Total do Activo		6 337 821,18 €	6 529 408,74 €
Fundadores Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais		5 546 259,57 €	5 179 433,62 €
Fundos	17	444 065,00 €	444 065,00 €
Excedentes Técnicos			
Reservas		- €	- €
Resultados Transitados	17	605 484,43 €	50 979,42 €
Anulação Reserva pela venda Edificio doado		- €	106 760,62 €
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17, 5	4 142 056,08 €	4 129 884,19 €
Subsidios ao Investimento		3 192 755,83 €	3 178 854,72 €
Doações		949 300,25 €	951 029,47 €
Outras Variações			
Resultado Líquido do Período	17	354 654,06 €	447 744,39 €
Total do Fundo de Capital	17	5 546 259,57 €	5 179 433,62 €
Passivo			
Passivo não corrente		- €	- €
Provisões		- €	- €
Provisões específicas		- €	- €
Financiamentos obtidos		- €	- €
Outras dívidas a pagar		- €	- €
Outros		- €	- €
Passivo Corrente		791 561,61 €	1 349 975,12 €
Fornecedores - Adiantamento a Fornecedores	12	15 098,81 €	40 565,42 €
		- €	- €
Estado e Outros Entes Públicos	14	25 131,81 €	20 961,48 €
Accionistas/Sócios			
Fundadores/Beneméritos/Associados		22,00 €	32,00 €
Financiamentos obtidos	21	- €	- €
Diferimentos		- €	551,21 €
os passivos correntes (Outras contas a pagar +Outros Passivos financeiros)	12	751 308,99 €	1 287 865,01 €
Outros			
Total do Passivo		791 561,61 €	1 349 975,12 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 337 821,18 €	6 529 408,74 €

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31/12/2025

Contas	Demonstração de Resultados por Naturezas e Resposta Social/Actividade				
	Rendimentos e Gastos - ano 2025	Períodos			Notas
		Ano 2025	Ano 2024	Ano 2023	
71 + 72	Vendas e Serviços Prestados	1 247 433,07 €	706 085,40 €	89 863,18 €	23, 5
75	Subsídios, doações e legados à exploração	708 961,31 €	581 222,60 €	1 089 797,76 €	24
75111	ISS, IP - Centros Distritais	0,00 €	0,00 €	382 134,39 €	
75114	Projecto ADAPTAR +	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
7512/...	Outros	553 996,04 €	500 266,98 €	642 360,97 €	
	Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
61	CMVMC	-43 663,57 €	-28 564,52 €	-45 100,35 €	13
62	FSE	-488 802,19 €	-347 897,24 €	-318 637,76 €	3, 5
63	Gastos c/ pessoal	-1 010 099,65 €	-717 880,44 €	-638 695,47 €	28
	Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)	- €	- €	- €	
	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €	- €	
	Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	
	Provisões específicas (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	
	Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- €	- €	
	Aumentos/Reduções de justo valor	- €	- €	- €	
78	Outros rendimentos	225 511,57 €	722 372,52 €	162 631,41 €	23
68	Outros Gastos	-131 414,63 €	-307 902,89 €	-235 934,88 €	3
	Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	507 925,91 €	607 435,43 €	103 923,89 €	
64	Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	-153 271,85 €	-159 579,44 €	-41 163,79 €	7
	Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	354 654,06 €	447 855,99 €	62 760,10 €	
791	Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23
691	Juros e gastos similares suportados	0,00 €	-111,60 €	-83,18 €	5
	Resultados antes de impostos	354 654,06 €	447 744,39 €	62 676,92 €	
	Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	
	Resultado líquido do período	354 654,06 €	447 744,39 €	62 676,92 €	

GASTOS E PERDAS

FSE	Ano 2025	Diferença 24/25	Ano 2024	Diferença 23/24	Ano 2023
Rubricas	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Electricidade	33 565,19 €	15 223,41 €	18 341,78 €	3 043,54 €	15 298,24 €
Combustível	14 719,58 €	2 900,24 €	11 819,34 €	- 148,76 €	11 968,10 €
Água	7 155,96 €	3 131,10 €	4 024,86 €	294,40 €	3 730,46 €
Outros Fluidos	3 918,35 €	637,55 €	3 280,80 €	- 973,47 €	4 254,27 €
Material de escritório	3 868,30 €	- 167,73 €	4 036,03 €	2 196,36 €	1 839,67 €
Comunicação	10 629,25 €	- 1 069,23 €	11 698,48 €	1 124,09 €	10 574,39 €
Conser.Rep.Eq.Transp.	8 599,80 €	- 1 135,30 €	9 735,10 €	1 889,80 €	7 845,30 €
Deslocações e estadias	2 349,63 €	572,05 €	1 777,58 €	- 148,84 €	1 926,42 €
Trabalhos Especializados	132 760,39 €	49 837,28 €	82 923,11 €	56 048,03 €	26 875,08 €
Seguros	11 383,40 €	4 205,76 €	7 177,64 €	779,60 €	6 398,04 €
Produtos de Limpeza	14 108,69 €	8 272,87 €	5 835,82 €	- 1 937,92 €	7 773,74 €
Produtos de Higiene	596,22 €	- 814,97 €	1 411,19 €	1 070,57 €	340,62 €
Rendas e Alugueres	7 376,25 €	1 315,44 €	6 060,81 €	1 236,33 €	4 824,48 €
Honorários	150 099,36 €	42 048,26 €	108 051,10 €	- 68 875,73 €	176 926,83 €
Outros	87 671,82 €	15 948,22 €	71 723,60 €	33 661,48 €	38 062,12 €
Total	488 802,19 €	140 904,95 €	347 897,24 €	29 259,48 €	318 637,76 €

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Contas	Rendimentos e Gastos	2025	2024	Diferença
78	Outros rendimentos e ganhos	225 511,57 €	722 372,52 €	-496 860,95 €
781 a 788	Rendimentos Suplementares	225 511,57 €	722 372,52 €	-496 860,95 €
7811	Almoços de Funcionários	16 278,65 €	9 113,25 €	7 165,40 €
7816	Outros Rendimentos Suplementares	22 514,25 €	27 974,65 €	-5 460,40 €
7816027	Apoio Financeiro - INR	0,00 €	8 044,31 €	-8 044,31 €
78160....	Outros Rendimentos	22 514,25 €	19 930,34 €	2 583,91 €
782	Descontos de pronto pagamento obtido	61,80 €	6,99 €	54,81 €
787	Rendimentos e ganhos em Investimentos Financeiros (794 - Ganhos Imobilizações)	654,00 €	345 254,66 €	-344 600,66 €
7881	Correcções relativas a períodos anteriores (797 -Correcções Ex.Anteriores)	10 821,53 €	70,11 €	10 751,42 €
7883	Imputação de Subsídios para Investimentos (7983 - Em Sub. p/ Investimento)	67 763,39 €	66 130,10 €	1 633,29 €
7885	Restituição de Impostos(791 -Restituição de impostos)	90 729,18 €	261 126,42 €	-170 397,24 €
7886	Consignação de IRS e IVA	14 243,94 €	10 807,54 €	3 436,40 €
78883	Estornos de Seguros(7986 - Estornos de Seguros)	94,57 €	1 438,80 €	-1 344,23 €
78885	Receitas Processos Judiciais	2 350,00 €	450,00 €	1 900,00 €
78889	Outros não especificados	0,26 €	0,00 €	0,26 €
68	Outros Gastos e perdas	-131 414,63 €	-307 902,89 €	176 488,26 €
681	Impostos	-410,69 €	-7 339,05 €	-6 928,36 €
683	Dívidas Incobráveis	-0,01 €	-145,51 €	-145,50 €
6881	Correcções Desfavoráveis	-8 818,83 €	-172 497,02 €	-163 678,19 €
6882	Donativos (Bens Alimentares)	0,00 €	-12 801,63 €	-12 801,63 €
6883	Quotizações	-1 299,65 €	-943,20 €	356,45 €
68881	Encargos com Formandos	-118 997,19 €	-112 378,63 €	6 618,56 €
68889	Outros não especificados	-1 888,26 €	-1 797,85 €	90,41 €
	Total	94 096,94 €	414 469,63 €	-320 372,69 €

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Social	444 065,00 €	444 065,00 €	444 065,00 €	444 065,00 €
Reservas Especiais	- €	- €	- €	- €
Resultados Transitados	605 484,43 €	157 740,04 €	11 697,50 €	56 871,25 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	4 142 056,08 €	4 129 884,19 €	3 954 260,54 €	1 524 875,69 €
Resultado Líquido do período	354 654,06 €	447 744,39 €	62 676,92 €	45 173,75 €
Total	5 546 259,57 €	5 179 433,62 €	4 449 304,96 €	1 957 243,19 €



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO 2025

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 18/11/1968, com o número de identificação fiscal 500 847 711, com sede na Rua Natália Correia, Lote 4 8005-143, em faro, tendo como Actividade Principal o Apoio Social para Pessoas c/ Deficiência, c/ Alojamento.

2 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas com base no regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 156/2009, de 13 de Julho de 2010, em execução do previsto no n.º 2 do artigo 3º deste diploma legal.

A Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF), para Entidades do Sector não Lucrativo, é a aprovada pelo Aviso n.º 6726-B/2011.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Todas as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de forma a existir uma comparabilidade entre contas e informações com exercícios anteriores.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL).

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF – ESNL:

Não se aplica.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com ESNL e as normas Contabilísticas de relato financeiro.

Os conteúdos das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são na sua totalidade comparáveis com os do exercício anterior.

As principais políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis foram reconhecidos como activos por permitirem actividades presentes e futuras para a entidade e terem um custo ou um valor fiavelmente mensurável.

A depreciação dos activos fixos tangíveis é feita de acordo com os seguintes pressupostos:

- Cada parte de um item do activo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item é depreciada separadamente.
- O gasto de depreciação em cada período é reconhecido nos resultados a menos que seja incluído na quantia escriturada de um outro activo.
- Os bens do património histórico, artístico e cultural não são objecto de depreciação.



- A quantia depreciable de um activo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.
- O valor residual e a vida útil de um activo é revista pelo menos no final de cada ano financeiro e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, as alterações devem ser contabilizadas como uma alteração numa estimativa contabilística.
- A depreciação de um activo começa quando este esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida. A depreciação de um activo cessa na data em que o activo for desreconhecido. Consequentemente, a depreciação não cessa quando o activo se tornar ocioso ou for retirado do uso a não ser que o activo esteja totalmente depreciado. Contudo, segundo os métodos de uso da depreciação, o gasto de depreciação pode ser zero enquanto não houver produção.
- O método de depreciação usado é o da linha recta e reflecte o modelo por que se espera que os bens do activo contribuem para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. O método de depreciação é aplicado consistentemente a um activo de período para período.

As imparidades do activo fixo tangível são determinadas de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

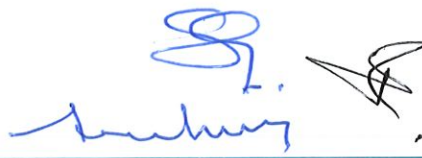
A quantia escriturada de um activo fixo tangível deve ser desreconhecida a quando da sua alienação ou quando não se espera a realização de actividades presentes ou futuras resultantes do seu uso ou alienação.

Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido se for identificável e cumprir as condições de reconhecimento, isto é, quando for provável que permita actividades presentes e futuras para a entidade e o activo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Um activo intangível satisfaz o critério da identificabilidade, quando:

- For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, activo ou passivo relacionado; ou
- Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.



Um activo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo.

Activos intangíveis gerados internamente – não se aplica.

Os dispêndios com os activos intangíveis são reconhecidos como gastos quando incorridos, a menos que façam parte do custo de um activo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

O método de amortização para a quantia depreciável de um activo intangível com uma vida útil finita é feito numa base sistemática e cessa na data em que o activo for desreconhecido, sendo o seu valor residual zero.

Activos intangíveis com vidas úteis indefinidas – não se aplicam.

As imparidades de um activo intangível são determinadas de acordo com NCRF 12 – Imparidade de activos.

Um activo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se espera que o seu uso ou alienação contribua para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade.

Locações

As locações podem ser classificadas como financeiras ou operacionais, dependendo da substância da transacção e não da forma do contrato.

As locações financeiras são reconhecidas no começo do prazo de locação pelo seu justo valor ou pelo pagamento mínimo da locação, quando inferior.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

Não se aplica.



Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, excepto nos casos em que sejam capitalizados.

Inventários

Os inventários são mensurados pelo custo histórico.

No custo dos inventários, são incluídos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

A fórmula de custeio dos inventários utilizada é a FIFO (primeira entrada, primeira saída).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contrapartida recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do activo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade e associados com a transacção fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;

- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.
- Os custos incorridos com a transacção à data do balanço sejam fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Provisões

As Provisões são reconhecidas quando cumulativamente exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade que serão necessários para liquidar a obrigação e possa ser feita numa estimativa fiável da quantia da obrigação.

A provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Não se aplica.

Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios são contabilizados da mesma maneira, quer sejam recebidos em dinheiro quer como redução de um passivo.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.



Transacções em moeda estrangeira

Trata-se de uma transacção que seja denominada ou exija liquidação em moeda estrangeira. Não aplicável.

Impostos Correntes

Os impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida em que não estejam pagos, reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um activo.

Os passivos ou activos por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores são mensurados pela quantia que se espera que seja paga ou recuperada às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais aprovadas à data do balanço.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando são gerados.

A entidade valoriza os seguintes instrumentos financeiros pelo custo menos perdas por imparidade:

- Instrumentos tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários.

As perdas por imparidade são registadas quando há informação objectiva da incobralidade da dívida.

Os instrumentos financeiros são desreconhecidos quando se extinguem.

Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são contabilizados numa base linear e o seu reconhecimento é feito com base na quantia não descontada de benefícios que se espera ser paga em troca desse serviço.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como um gasto.

Outros benefícios de empregados, não se aplica.

[Handwritten signature]

4 – FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	609,89 €	
Depósitos à Ordem	12	532 730,56 €	
Total		533 340,45 €	

5 – POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS:

De acordo com a NCRF 4, não foram detetadas quaisquer diferenças relativamente a comparações com o exercício anterior.

6 – PARTES RELACIONADAS

Não aplicável.

7 – ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Durante o ano em análise a Instituição registou as seguintes aquisição de activos tangíveis:

	31/12/2024	Adições		Revalorizações	Abate	Transferência	31/12/2025
Terrenos e recursos naturais	888 119,17 €	- €	- €	- €	- €	- €	888 119,17 €
Edifícios e outras construções	5 118 918,17 €	0,03 €	- €	- €	- €	- €	5 118 918,20 €
Equipamento básico	267 309,04 €	30 533,76 €	- €	- €	- €	- €	297 842,80 €
Equipamento de transporte	115 155,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	115 155,10 €
Ferramentas e utensílios	18 550,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	18 550,42 €
Equipamento administrativo	36 222,61 €	325,95 €	- €	- €	- €	- €	36 548,56 €
Equipamento Biológico	3 350,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 350,00 €
43 - Activo tangível bruto	6 447 624,51 €	30 859,74 €	- €	- €	- €	- €	6 478 484,25 €
	31/12/2024	Reforço - ASSOC	Regularizações	Revalorizações	Abate/Regul	Transferência	31/12/2025
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	323 653,78 €	103 830,55 €	- €	- €	- €	- €	427 484,33 €
Equipamento básico	87 611,92 €	42 033,08 €	15,85 €	- €	- €	- €	129 660,85 €
Equipamento de transporte	115 155,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	115 155,10 €
Ferramentas e utensílios	18 460,43 €	30,00 €	- €	- €	- €	- €	18 490,43 €
Equipamento administrativo	20 226,83 €	6 853,51 €	- €	- €	0,02 €	- €	27 080,32 €
Equipamento Biológico	3 350,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 350,00 €
Total Depreciações acumuladas	568 458,06 €	152 747,14 €	15,85 €	- €	0,02 €	- €	721 221,03 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
E reversões acumuladas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Depreciação acumulada	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Rever. deprec. amortizações	568 458,06 €	152 747,14 €	15,85 €	- €	0,02 €	- €	721 221,03 €
Activo tangível líquido	5 879 166,45 €	- 121 887,40 €	- 15,85 €	- €	- 0,02 €	- €	5 757 263,22 €

[Handwritten signature]

8 – GOODWILL
Não aplicável.

9 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO
Não aplicável.

10 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

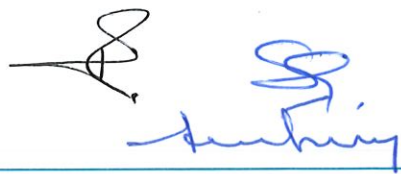
A Instituição em 31/12/2025 registou nesta rubrica os seguintes montantes:

	31/12/2024	Adições		Revalorizações	Abate	Transferência	31/12/2025
Programas de computador	- 0,00 €	1 574,40 €		- €	- €	- €	1 574,40 €
Activo intangível bruto	- 0,00 €	1 574,40 €		- €	- €	- €	1 574,40 €
	31/12/2024	Reforço - ASSOC	Reforço - FORM	Revalorizações	Abate	Transferência	31/12/2025
Progrmas de computador	- 0,00 €	524,75 €	- €	- €	- €	- €	524,75 €
Total Depreciações acumuladas	- 0,00 €	524,75 €	- €	- €	- €	- €	524,75 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
E reversões acumuladas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Depreciação acumulada	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Rever. deprec. amortizações	- 0,00 €	524,75 €	- €	- €	- €	- €	524,75 €
Activo intangível líquido	- €	1 049,65 €	- €	- €	- €	- €	1 049,65 €

11 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
Não aplicável.

12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As Políticas contabilistas e Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas Contabilísticas usadas na contabilização de instrumentos financeiros, relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.



Descrição	Activos Financeiro mensurados ao custo em 31-12-2025	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos Financeiro mensurados no custo em 31-12-2024	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
21 - Clientes	19 356,23 €	- €	19 356,23 €	13 781,17 €	- €	13 781,17 €
228 - Adiantamentos a fornecedores	2 974,57 €	- €	2 974,57 €	982,55 €	- €	982,55 €
25+27+23 - Outra contas a receber	17 293,86 €	- €	17 293,86 €	60 330,05 €	- €	60 330,05 €
Total do activo	39 624,66 €	- €	39 624,66 €	75 093,77 €	- €	75 093,77 €
Passivos						
22 - Fornecedores	18 073,38 €	- €	18 073,38 €	41 547,97 €	- €	41 547,97 €
218 - Adiantamentos de clientes	5 479,41 €	- €	5 479,41 €	4 076,95 €	- €	4 076,95 €
Outra contas a pagar	751 308,99 €	- €	751 308,99 €	1 287 865,01 €	- €	1 287 865,01 €
Total do Passivo	774 861,78 €	- €	774 861,78 €	1 333 489,93 €	- €	1 333 489,93 €
Total líquido	- 735 237,12 €	- €	- 735 237,12 €	- 1 258 396,16 €	- €	-1 258 396,16 €

13 – INVENTARIOS

Em 31 de Dezembro de 2025, a Instituição apresenta o seguinte movimento na rubrica de Inventários:

Movimentos de Inventários	Ano 2025	Ano 2024
Existências Iniciais	- €	87,92 €
Compras	43 485,08 €	25 463,78 €
Autoconsumos	- €	- €
Regularização de Existências	968,24 €	675,92 €
Existências Finais	789,75 €	- €
Custo do Exercício	43 663,57 €	26 227,62 €

14 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte situação:

[Handwritten signature]

Descrição	Corrente em 31-12-2025	Não Corrente	Total	Corrente em 31-12-2024	Não corrente	Total
Estado e outros Entes Públicos						
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Retenção de imposto sobre rendimentos	5 563,00 €	- €	5 563,00 €	4 148,00 €	- €	4 148,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para segurança social	19 568,81 €	- €	19 568,81 €	16 813,48 €	- €	16 813,48 €
Tributos das autarquias locais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Dívidas ao Estado em mora	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Tributações (Fundo Compensação)	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total - Conta 24	25 131,81 €	- €	25 131,81 €	20 961,48 €	- €	20 961,48 €

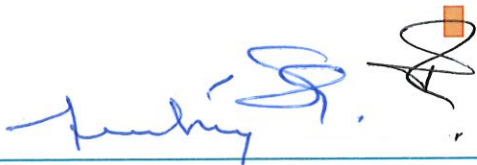
15 – GASTOS A RECONHECER

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica de Diferimentos apresentava os movimentos a seguir:

Descrição	Corrente 31-12-2025	Não Corrente	Total	Corrente 31-12-2024	Não corrente
Diferimentos	2 579,63 €			6 790,17 €	
Activos					
Gastos a reconhecer	2 579,63 €	- €	2 579,63 €	6 238,96 €	- €
Total	2 579,63 €	- €	2 579,63 €	6 238,96 €	- €
Passivos	- €	- €	- €	- €	- €
Rendimentos a reconhecer	- €	- €	- €	551,21 €	- €
Total	- €	- €	- €	551,21 €	- €

16 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS
DESCONTINUADAS

Não aplicável.



17 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica de Capital, Reservas e Resultados Transitados apresentava a seguinte situação:

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Social	444 065,00 €	444 065,00 €	444 065,00 €	444 065,00 €
Reservas Especiais	- €	- €	- €	- €
Resultados Transitados	605 484,43 €	157 740,04 €	- 11 697,50 €	- 56 871,25 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	4 142 056,08 €	4 129 884,19 €	3 954 260,54 €	1 524 875,69 €
Resultado Líquido do período	354 654,06 €	447 744,39 €	62 676,92 €	45 173,75 €
Total	5 546 259,57 €	5 179 433,62 €	4 449 304,96 €	1 957 243,19 €

18 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Não foi constituída provisão para clientes duvidosos.

19 – RENDIMENTOS A RECONHECER

A conta não apresenta valores para o presente ano.

20 – LOCAÇÕES

A Instituição não registou qualquer aquisição de ativos fixos tangíveis na modalidade de contractos de locação financeira ou operacional.

21 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Foi constituída uma conta caucionada, no ano de 2015, com um saldo autorizado de 60.000€.

O saldo da conta caucionada foi reforçado em mais 40.000€, perfazendo o valor de 100.000€.

A conta caucionada foi usada no ano de 2023 no valor de 15.765,46€, tendo sido regularizada no presente ano de 2024.

No presente ano de 2025 a conta não foi utilizada.

[Handwritten signature]

22 – IMPARIDADES DE ACTIVOS

Não existem imparidades de activos a considerar.

23 – RÉDITOS E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A Instituição regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rédito	31/12/2025	31/12/2023	Variação	31/12/2024	31/12/2023	Variação	31/12/2023
71 - Vendas							
Diversos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
72 - Prestação de Serviços			- €			- €	
Mensalidades de Utentes	273 186,50 €	156 640,89 €	116 545,61 €	156 640,89 €	89 863,18 €	66 777,71 €	89 863,18 €
ISS, IP - Subsídios CRSS	972 638,82 €	548 250,51 €	424 388,31 €	548 250,51 €	- €	548 250,51 €	- €
Quotizações e Jóias	1 607,75 €	1 194,00 €	413,75 €	1 194,00 €	1 231,50 €	- 37,50 €	1 231,50 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos			- €			- €	
Diversos	225 511,57 €	722 372,52 €	- 496 860,95 €	722 372,52 €	162 631,41 €	559 741,11 €	162 631,41 €
			- €			- €	
			- €			- €	
79 - Juros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Depósitos Bancários	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 472 944,64 €	1 428 457,92 €	44 486,72 €	1 428 457,92 €	253 726,09 €	1 174 731,83 €	253 726,09 €

[Handwritten signature]

24 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios à exploração do Governo reconhecidos nas Demonstrações Financeiras foram:

Subsídios à Exploração	Períodos				
	Ano 2025	Ano 2024	Ano 2023	Ano 2022	Ano 2021
ISS, IP - Centros Distritais	- €	- €	394 924,47 €	357 309,48 €	347 347,86 €
ISS, IP - ADAPTAR +	- €	- €	- €	- €	2 458,94 €
ISS, IP - APOIO EXT.COMBUSTÍVEL	- €	- €	- €	999,00 €	- €
ISS, IP - APOIO EXT.INFLACÇÃO	- €	- €	- €	1 761,00 €	- €
ISS, IP - MOBILIDADE VERDE	28 000,00 €	- €	5 583,46 €	6 861,96 €	- €
Autarquias	116 779,75 €	9 453,21 €	9 474,68 €	14 617,27 €	9 734,06 €
	- €	- €	- €	- €	- €
I.E.F.P.	437 216,29 €	484 813,77 €	627 147,65 €	663 144,45 €	597 044,26 €
	- €	- €	- €	- €	- €
CCDR - Algarve	- €	- €	5 738,64 €	7 402,89 €	5 076,28 €
INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO	- €	6 000,00 €	- €	224,00 €	- €
Outros	126 965,27 €	80 955,62 €	46 928,86 €	13 792,90 €	17 105,88 €
Subsídios de entidades privadas	- €	- €	- €	- €	- €
Doações e Heranças	126 965,27 €	80 955,62 €	46 928,86 €	13 792,90 €	17 105,88 €
Total	708 961,31 €	581 222,60 €	1 089 797,76 €	1 066 112,95 €	978 767,28 €
		581 222,60 €	1 089 797,76 €	1 066 112,95 €	
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
RUBRICAS	Ano 2025	Ano 2024	Ano 2023	Ano 2022	Ano 2021
ISS, IP - Centros Distritais	28 000,00 €	- €	400 507,93 €	366 931,44 €	349 806,80 €
Outros	680 961,31 €	581 222,60 €	689 289,83 €	699 181,51 €	628 960,48 €
Total	708 961,31 €	581 222,60 €	1 089 797,76 €	1 066 112,95 €	978 767,28 €

Em anexo será apresentado o mapa de Subsídio ao Investimento, descriminado por projecto subsidiado.

No entanto, os subsídios ao Investimento podem-se resumir de acordo com o seguinte quadro:

Subsídios ao Investimento	Períodos				
	Ano 2025	Ano 2024	Ano 2023	Ano 2022	Ano 2021
593 - Subsídios p/ Investimento (PIDDAC)	3 178 854,72 €	2 998 716,01 €	565 596,25 €	108 866,69 €	113 319,82 €
5941 - Donativos ao Investimento	9 143,74 €	8 430,24 €	10 586,76 €	15 336,61 €	17 886,46 €
Seguros Incêndio	- €	- €	- €	- €	- €
5943 - Doações de Activos	941 885,73 €	947 114,29 €	948 692,68 €	950 271,07 €	951 849,46 €
Saldo Inicial - 59	4 129 884,19 €	3 954 260,54 €	1 524 875,69 €	1 074 474,37 €	1 083 055,74 €
593 - Subs.Investimento (PIDDAC)	- €	- €	- €	- €	- €
593 - Subs.Invest.Out.(acrécimo ano)	81 664,50 €	294 045,54 €	2 437 572,89 €	461 182,69 €	- €
5943 - Doações de Activos (do ano)	- €	54 890,44 €	- €	- €	- €
5941 - Donativos (doações do ano)	70,00 €	1 916,07 €	200,00 €	- €	2 200,00 €
Seguros Incêndio	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios Recebidos	81 734,50 €	350 852,05 €	2 437 772,89 €	461 182,69 €	2 200,00 €
59311 - PIDDAC	2 274,08 €	2 274,08 €	3 502,46 €	3 502,46 €	3 502,46 €
59314 - Município de Faro	23 882,14 €	23 882,14 €	531,92 €	531,92 €	531,92 €
59315 - SIC Esperança	- €	- €	418,75 €	418,75 €	418,75 €
59317 - CCDR	41 607,17 €	39 973,88 €	- €	- €	- €
5943 - Doações de Activos	1 134,98 €	1 135,11 €	1 578,39 €	1 578,39 €	1 578,39 €
5941 - Donativos	664,24 €	1 202,57 €	2 356,52 €	4 749,85 €	4 749,85 €
Reguraização de Subsídios (venda)	- €	106 760,62 €	- €	- €	- €
Imputação de Subsídios a Resultados	69 562,61 €	175 228,40 €	8 388,04 €	10 781,37 €	10 781,37 €
Reembolsos de Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo Final	4 142 056,08 €	4 129 884,19 €	3 954 260,54 €	1 524 875,69 €	1 074 474,37 €



No presente ano foram recebidos os seguintes subsídios ao Investimento em curso:

Subsídios ao Investimento em curso	Ano 2025	Ano 2024	Ano 2023	Ano 2022
Subsidios ao Investimento	4 060 391,58 €	3 835 838,65 €	1 516 687,65 €	1 063 693,00 €
Município Faro	- €	177 646,01 €	787 028,44 €	229 432,66 €
CCDR	81 664,50 €	116 399,53 €	1 650 544,45 €	231 750,03 €
Subídios Investimento em curso	81 664,50 €	294 045,54 €	2 437 572,89 €	461 182,69 €
Saldo conta 59	4 142 056,08 €	4 129 884,19 €	3 954 260,54 €	1 524 875,69 €

25 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CAMBIO

Não aplicável.

26 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Não aplicável.

27 – MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

28 – BENEFICIOS DE EMPREGADOS

A 31 de Dezembro de 2025 a Instituição tinha 50 pessoas remuneradas ao seu serviço, e os encargos a seguir discriminados:

Gastos com o Pessoal	Variação 24/25	31/12/2025	Variação 23/24	31/12/2024	Variação 22/23	31/12/2023
Remunerações Certas	225 900,87 €	770 302,26 €	57 109,61 €	544 401,39 €	-20 966,21 €	487 291,78 €
Remunerações Adicionais	21 023,72 €	55 189,18 €	3 871,24 €	34 165,46 €	-6 254,51 €	30 294,22 €
Indemnização falta aviso prévio	- 870,00 €	- 870,00 €	- €	- €	- €	- €
Formação Profissional	375,05 €	1 017,20 €	- 1 118,65 €	642,15 €	998,25 €	1 760,80 €
Encargos sobre remunerações do pessoal	50 120,61 €	169 614,02 €	12 967,84 €	119 493,41 €	-5 081,08 €	106 525,57 €
Fundo Garantia de Compensação de Trab	- €	- €	- 17,25 €	- €	-44,69 €	17,25 €
Seguros Acidentes de Trabalho	- 933,93 €	8 425,64 €	- 199,11 €	9 359,57 €	1 481,97 €	9 558,68 €
Outros gastos com o pessoal (Encargos Saúde)	- 3 397,11 €	6 421,35 €	6 571,29 €	9 818,46 €	2 722,17 €	3 247,17 €
O.Gastos c/ Pessoal - Indemnizações p/Despedimento	- 8 061,12 €	- €	5 313,95 €	8 061,12 €	2 747,17 €	2 747,17 €
O.Gastos c/ Pessoal - Fardamentos	- 232,84 €	1 299,50 €	1 532,34 €	1 532,34 €	0,00 €	- €
O.Gastos c/ Pessoal - Encargos c/Saúde de Pessoal	625,00 €	850,00 €	- 275,00 €	225,00 €	-25,00 €	500,00 €
Outros gastos com o pessoal (Dia do colaborador)	4 271,85 €	4 271,85 €	- €	- €	- €	- €
Total	288 822,10 €	1 010 099,65 €	79 184,97 €	717 880,44 €	-27 144,10 €	638 695,47 €

29 – RENDIMENTOS E GASTOS MATERIAIS

Nada a referenciar.

30 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nada a referenciar.

31 – COMPROMISSOS

Nada a referenciar.

32 – CONTINGÊNCIAS

Nada a referenciar.

33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

A conta 27.8.6 - Dívidas a Formandos, diz respeito a dividas efetivamente existentes para com os formandos do projecto – Formação Profissional.

Estes montantes estão parados desde 2009, porque entretanto estes formandos saíram dos cursos que frequentavam e foi perdido o contacto com os mesmos.

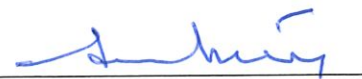
Está-se a fazer o esforço para contactá-los e regularizar esta situação.

34 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a referenciar.

O Contabilista Certificado
Nº 54290

A Direcção



Faro, 18 de Março de 2026